



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: **195339-5**

Apelante: **Maria Helena de França**

Apelado: **Unimed Guararapes – Cooperativa de Trabalho Médico**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Acórdão

EMENTA – APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. MAJORAÇÃO DE 157,99% NA MENSALIDADE DE PLANO DE SAÚDE POR MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA EXORDIAL SUSCITADA EX OFFICIO. INOCORRÊNCIA. PROVIMENTO DO RECURSO PARA ANULAR A SENTENÇA, DETERMINANDO O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA EM SEDE RECURSAL.

- A inépcia da exordial se afigura quando da ocorrência de uma das hipóteses taxativamente previstas no parágrafo único do art.295, do Código de Processo Civil.
- *In casu*, incorreu em equívoco o Juízo, ao considerar inepta a inicial sob o argumento de que a autora não teria oferecido argumentação e dados compatíveis para justificar a alegação de abusividade do aumento da prestação por mudança de faixa etária, uma vez que a matéria se confunde com o próprio mérito da questão.
- Anulação do *decisum* para que retornem os autos ao Juízo de origem, com o conseqüente regular processamento do feito.
- Concessão da tutela antecipada pleiteada face à presença de verossimilhança do direito alegado e ausência de perigo de irreversibilidade da medida.
- Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 195339-5, em que figura como apelante MARIA HELENA DE FRANÇA, e como apelada UNIMED GUARARAPES – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, acordam os desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife, 30 de setembro de 2010.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

mtdn



83

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Desembargador Eurico de Barros Correia Filho

Quarta Câmara Cível

Apelação Cível nº 195339-5 – Recife (8ª Vara Cível)

Apelante : Maria Helena de França

Apelado : Unimed Guararapes – Cooperativa de Trabalho Médico

Relator : Des. Eurico de Barros Correia Filho

RELATÓRIO

Maria Helena de França, através de advogado, propôs perante o Juízo de Direito da 8ª Vara Cível da Capital a Ação Ordinária de Obrigação de Fazer com Nulidade de Cláusula Contratual, com Pedido de Antecipação de Tutela Jurisdicional, contra **Unimed Guararapes – Cooperativa de Trabalho Médico**, com o objetivo de ver declarada nula cláusula que possibilitou à seguradora majorar a mensalidade do plano de saúde da consumidora em 157,99% (cento e cinquenta e sete inteiros e noventa e nove centésimos por cento) sobre o valor da fatura, em razão de sua mudança de faixa etária, com o deferimento de pedido de tutela antecipada para coibir a cobrança do valor abusivo até ulterior decisão do Juízo.

Segundo narrou a consumidora, a ANS teria autorizado reajuste anual de 5,48% (cinco inteiros e quarenta e oito centésimos), pelo que pugnou, outrossim, pela redução do valor da mensalidade ao valor legalmente estabelecido, bem assim pela devolução do valor pago indevidamente em dobro, face à cobrança indevida realizada, já que a autora procedeu ao pagamento das faturas ilicitamente constituídas.

Juntou documentação hábil a comprovar suas alegações às fls.23/37, tendo requerido os benefícios da justiça gratuita, em face de sua impossibilidade em arcar com as custas do processo, que foram regularmente concedidos pelo Juízo *a quo*.

O magistrado, entendendo pela carência da fundamentação dos pedidos da demandante, ordenou-lhe que procedesse à emenda da inicial, tendo considerado que:

"Sendo assim, necessário se faz que a Autora apresente argumentos que demonstrem, com razoabilidade, que o aumento a ela aplicado distorce dos percentuais aplicados em outros planos de saúde similares.

Feita esta demonstração com a razoabilidade necessária, diga expressamente qual o percentual de aumento que seria compatível para a sua situação fático-jurídica, posto que o pedido de que lhe seja aplicado como percentual de aumento o índice destinado para aumento anual linear não se apresenta plausível, já que, apenas a título de argumentação, lhe atribuiria uma situação jurídica privilegiada em relação aos demais usuários que têm regularmente aumento de sua prestação por mudança de faixa etária."

Intimada, a consumidora ofertou emenda à exordial às fls.42/44, sustentando que o aumento implementado pela empresa ré afigura-se abusivo perante o índice de inflação do IPCA, ensejando o desequilíbrio contratual vedado pelo Código de Defesa do Consumidor.

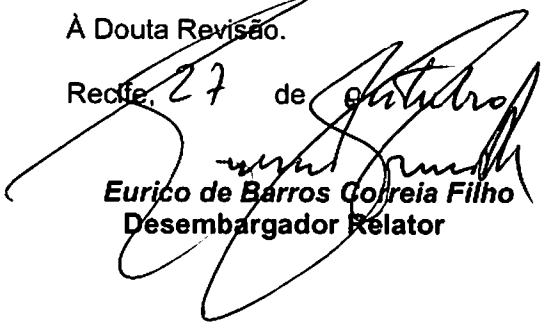
Inobstante as considerações tecidas pela demandante, o Juízo, por sentença extintiva, declarou inepta a inicial, com base nos arts.267, I e VI, 295, III e 284 e seu § único, todos do Estatuto Processual Civil, extinguindo o feito sem julgamento do mérito.

Irresignada, a recorrente interpôs a apelação de que se cuida, com o fito de ver reconhecido seu direito. Recebida a apelação, nos termos da decisão de fls.69, vieram os autos a este E. Tribunal.

Está feito o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 27 de Setembro de 2009.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Desembargador Eurico de Barros Correia Filho

28.89
 QH

Quarta Câmara Cível

Apelação Cível nº 195339-5 – Recife (8ª Vara Cível)

Apelante : Maria Helena de França

Apelado : Unimed Guararapes – Cooperativa de Trabalho Médico

Relator : Des. Eurico de Barros Correia Filho

VOTO

Cabe, inicialmente, uma palavra acerca da contradição encontrada na r. sentença, face às considerações tecidas pelo Juízo para indeferir de plano o recebimento da peça inaugural da consumidora. Vejamos.

A demandante ajuizou a ação de obrigação de fazer, mediante causídico devidamente constituído, no intuito de ver anulada cláusula contratual que considera abusiva, haja vista o aumento excessivo da mensalidade do plano de saúde contratado pela simples mudança de faixa etária.

A decisão proferida em sede de 1º grau deu conta de que não haveria fundamentação fático-jurídica suficiente para cobrar do Estado Julgador a intervenção no negócio jurídico firmado entre as partes, tendo considerado que não haveria, nos autos, indícios bastantes para configuração da abusividade alegada por parte da consumidora, pelo aumento expressivo de 157,99% na fatura mensal do seguro saúde firmado.

Ora, entendo que as condições da ação, tanto as de ajuizamento da demanda, quanto as de prosseguibilidade, estão refletidas nos autos da ação, e não me permito deixar de consignar que as considerações efetuadas pelo Juízo margeiam o mérito da questão de fundo, ultrapassando as matérias reservadas ao indeferimento de plano da ação intentada.

Com efeito, o fato de considerar que não existiria, *in casu*, argumentação plausível para a busca das vias judiciais vai além da análise da possibilidade de apreciação dos pedidos formulados na exordial, confundindo-se com a própria questão meritória traçada pela parte autora.

A alegação de que a petição deveria ser indeferida de plano ante a suposta ausência de adequação do pedido com a realidade fática e jurídica que abrange o sistema normativo de planos de saúde não se afigura cabível, uma vez que a peça inaugural não só demonstra o direito perquirido pela parte autora, como também possui lógica em seus pedidos, não havendo que falar em inépcia da inicial.

A extinção do processo de plano, com fundamento na inépcia da exordial, só será legítima se presente uma das hipóteses elencadas no parágrafo único do art.295, do CPC, o que não ocorreu no caso em questão.

A manutenção da r. sentença vergastada, nos termos em que se encontra, fere não somente o direito de ação conferido à parte através do rol de direitos e garantias fundamentais elencados na Carta Magna (art.5º XXXV), mas também seu direito à análise do caso concreto a fim de saber se o fato narrado pela consumidora se enquadra efetivamente dentro dos parâmetros já reiteradamente adotados para coibir o aumento abusivo das mensalidades do seguro saúde por mudança de faixa etária, consoante entendimento da jurisprudência uníssona dos Tribunais Pátrios.

Por outro lado, inobstante o pedido recursal de julgamento antecipado da lide com fulcro no art.515, §3º, do Estatuto Processual Civil, observo que, no caso em questão, não houve sequer a citação da parte ré para contestar os fundamentos da ação, nem tampouco se pôde decidir acerca da necessidade de instrução probatória para fins de convencimento judicial.

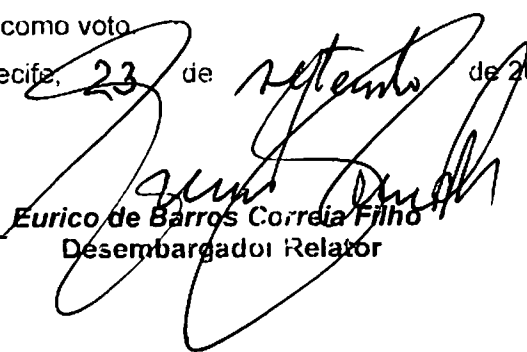
mtdn

A causa somente terá seu julgamento antecipado pelo Tribunal competente, em caso de sentença extintiva sem julgamento do mérito, quando estiver madura, pena de cerceamento ao direito de defesa do réu, já que não haverá dilação probatória em sede de 2º grau, pelo que não se acolhe o pedido recursal de julgamento do mérito posto a Juízo nesta instância.

Ante o exposto, voto no sentido de dar provimento à apelação cível interposta por Maria Helena de França, para o fim de anular a sentença guerreada, devendo, em consequência, o feito ter restaurado seu andamento a partir da fase em que se deu a decisão extintiva, promovendo-se a citação da parte *ex-adversa*.

É como voto

Recife, 23 de setembro de 2010.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator